

## SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Grupo Saraiva participa do segmento editorial, com a comercialização de livros e conteúdo por meio da Saraiva S.A. Livresiros Editores (“Editora”), da Editora Érica Ltda. (“Érica”) e da Minha Biblioteca Ltda. (“Minha Biblioteca”), e do segmento varejista de produtos ligados a cultura, lazer e informação, por meio da Saraiva e Siciliano S.A. (“Varejo”).

A estrutura societária do Grupo tem a Editora como controladora, o Varejo e a Érica como controladas e a Minha Biblioteca como controlada em conjunto. A participação direta no Varejo corresponde a 99,98% das ações ordinárias e na Érica, a 99% das quotas. O controle compartilhado na Minha Biblioteca corresponde a uma participação de 25%. A Editora é controlada por Jorge Eduardo Saraiva.

A Editora, fundada em 1914, é sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa.

As atividades principais da Editora estão relacionadas: (a) à edição de livros para os níveis de ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração; (b) à formatação de conteúdo digital; e (c) ao desenvolvimento de conteúdo editorial didático para o Ético Sistema de Ensino (“Ético”) destinado a escolas particulares e Agora Sistema de Ensino, focado na rede pública. As operações da Editora são bastante sazonais, concentrando parte substancial das vendas no primeiro e último trimestres do ano, determinadas por dois fatores: (a) período de “volta às aulas” no primeiro trimestre; e (b) venda de livros didáticos para o governo no quarto trimestre.

O Varejo é sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, filmes, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital e com amplo portfólio de serviços voltado ao enriquecimento da experiência de compra. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede multiformato com modelos adaptados para cada mercado composta por 112 lojas, sendo 54 do tipo “Mega Store”, 1 em formato para aeroporto, inaugurada em setembro de 2013, 7 no formato “iTown”, 19 “Novas Tradicionais” e 31 tradicionais.

A Érica, empresa adquirida em 6 de junho de 2013 é sociedade de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição de conteúdo direcionado ao segmento de ensino técnico profissionalizante nas áreas de administração, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, informática, internet, redes, telecomunicações e saúde.

A Minha Biblioteca é sociedade de responsabilidade limitada de controle compartilhado pela Editora, Grupo A, Atlas S.A. e Grupo Editorial Nacional Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição, distribuição e comercialização de livros digitais (“e-books”) e outros conteúdos, no mercado de atacado e varejo, no território nacional e internacional.

## 2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADA

### *Combinação de negócios*

Em 6 de junho de 2013, data de fechamento, foi adquirida a totalidade das quotas da Érica. O valor será pago em três parcelas, sendo a primeira na data de fechamento.

Do valor a pagar relativo a terceira parcela será retido o montante de R\$1.500, atualizados pela variação do CDI entre a data de fechamento e a data do efetivo pagamento da terceira parcela, que será depositado em conta garantia (escrow account) para fazer frente a eventuais demandas que resultem obrigação de indenização pelos vendedores.

A receita operacional líquida apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas da Editora no montante de R\$2.143.751, inclui a receita operacional líquida da Érica de R\$9.355 para o período entre a data de aquisição e 31 de dezembro. Considerando o período 1 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida consolidada da Editora corresponderia a R\$2.151.030 e o lucro líquido consolidado ao montante de R\$16.920. Os montantes estimados pela Editora consideram os mesmos ajustes a valor justo apresentados na data de aquisição.

### *Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos*

Caixa e equivalentes de caixa	1.986
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.349
Estoques	2.354
Imobilizado	439
Intangíveis	13.622
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.074)
	<u>17.676</u>
Impostos diferidos sobre o valor justo dos ativos líquidos	<u>(5.148)</u>
Total líquido dos ativos identificáveis	<u><u>12.528</u></u>

A avaliação apresentada dos ativos intangíveis Marca, Acervo Editorial e Acordo de Não Competição foi concluída no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 por empresa especializada de acordo com normas e critérios estabelecidos no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. A contabilização da aquisição foi revista com base nos laudos definitivos.

## Ágio

O ágio reconhecido como resultante da aquisição foi identificado como segue:

Valor total da contraprestação transferida	29.109
Valor justo dos ativos identificados adquiridos	
líquidos dos passivos assumidos	<u>(12.528)</u>
Valor do ágio reconhecido	<u>16.581</u>

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, o ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do investimento, enquanto que nas demonstrações contábeis consolidadas está registrado no ativo intangível, e sua amortização não é permitida.

Os custos incorridos pela Editora na aquisição relacionados a honorários profissionais com advogados, consultores e due diligence, no montante aproximado de R\$434, foram contabilizados como despesa no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 3.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações contábeis individuais da Editora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais da Editora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação deve ser feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS é exigida a avaliação pelo custo ou valor justo.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado apresentados nas demonstrações contábeis individuais da Editora. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da Editora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2014 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2013.

### 3.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

### 3.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

### 3.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 6
- b) Provisão para perdas com estoques – nota explicativa nº 7
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 9
- d) Redução dos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 13
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 15
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 19
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros – nota explicativa nº 28

## 4. **PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas a seguir são adotadas pela Editora, Varejo, Érica e Minha Biblioteca e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

### *a) Mudança de política contábil*

As IFRS 10 (CPC 36 R3) e 11 (CPC 19 R2) são de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2013. As políticas contábeis adotadas pela Companhia foram alteradas somente pela adoção da IFRS 11 (CPC 19 R2) – “Negócios em conjunto” em relação àquelas divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012.

A IFRS 10 (CPC36 R3) – “Demonstrações consolidadas” exige que uma entidade que controla uma ou mais entidades apresente demonstração consolidada e define princípio de

controle e como aplicá-lo para identificar o controle sobre uma ou mais entidades; e os requisitos contábeis para elaboração das demonstrações contábeis. A Editora não teve alterações em suas políticas contábeis com a adoção da IFRS 10.

A IFRS 11 (CPC 19 R2) – “Negócios em conjunto” define controle conjunto e exige que a entidade contabilize os direitos e obrigações de acordo com o tipo de negócio conjunto.

Controle conjunto é o acordo contratual convencionado para o controle de negócio em que as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. O tipo de negócio em conjunto será determinado de acordo com os direitos e obrigações das partes integrantes do negócio: (i) operações em conjunto – as partes integrantes do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A contabilização da participação nos ativos, passivos, receitas e despesas será realizada por consolidação proporcional; e (ii) empreendimento controlado em conjunto – as partes integrantes do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio e a contabilização do investimento deve ser realizada pelo método de equivalência patrimonial, não sendo admitida a consolidação proporcional. O controle compartilhado sobre a Minha Biblioteca é classificado como empreendimento controlado em conjunto. Os efeitos da consolidação proporcional do empreendimento controlado em conjunto Minha Biblioteca referentes o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 publicados nas demonstrações contábeis consolidadas da Editora foram revistos e estão sendo desconsolidados nas demonstrações contábeis consolidadas como segue:

#### Balanco Patrimonial:

	Em 01 de janeiro de 2012			Em 31 de dezembro de 2012		
	Balanco antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanco ajustado	Balanco antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanco ajustado
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	101.609	(89)	101.520	87.035	(40)	86.995
Contas a receber de clientes	375.137	-	375.137	369.725	(15)	369.710
Estoques	390.450	-	390.450	402.746	-	402.746
Impostos e contribuições a recuperar	81.961	(1)	81.960	86.966	(3)	86.963
Outros créditos	20.308	(3)	20.305	17.469	(3)	17.466
Despesas antecipadas	508	(1)	507	430	-	430
Total do ativo circulante	969.973	(94)	969.879	964.371	(61)	964.310
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Realizável a longo prazo:						
Depósitos judiciais	28.667	-	28.667	28.113	-	28.113
Impostos e contribuições a recuperar	35.258	-	35.258	59.067	-	59.067
Outros créditos	444	-	444	412	-	412
	64.369	-	64.369	87.592	-	87.592
Investimentos:						
Em controlada em conjunto	-	95	95	-	45	45
Outros	565	-	565	565	-	565
Imobilizado	130.235	(10)	130.225	126.162	(8)	126.154
Intangível	129.260	-	129.260	156.251	-	156.251
Total do ativo não circulante	324.429	85	324.514	370.570	37	370.607
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.294.402</b>	<b>(9)</b>	<b>1.294.393</b>	<b>1.334.941</b>	<b>(24)</b>	<b>1.334.917</b>

	Em 01 de janeiro de 2012			Em 31 de dezembro de 2012		
	Balanço antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanço ajustado	Balanço antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanço ajustado
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	307.762	(1)	307.761	299.114	(5)	299.109
Empréstimos e financiamentos	117.872	-	117.872	148.371	-	148.371
Obrigações sociais e trabalhistas	21.172	-	21.172	24.304	(12)	24.292
Impostos e contribuições a recolher	7.729	(8)	7.721	7.645	(5)	7.640
Imposto de renda e contribuição social	4.254	-	4.254	2.398	-	2.398
Direitos autorais a pagar	25.768	-	25.768	19.821	-	19.821
Participação dos administradores	4.620	-	4.620	6.062	-	6.062
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12.378	-	12.378	15.206	-	15.206
Receita diferida - programa de fidelização	6.701	-	6.701	4.775	-	4.775
Arrendamento operacional - locação de lojas	10.367	-	10.367	11.239	-	11.239
Outras obrigações	19.512	-	19.512	13.547	-	13.547
Total do passivo circulante	<u>538.135</u>	<u>(9)</u>	<u>538.126</u>	<u>552.482</u>	<u>(22)</u>	<u>552.460</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Empréstimos e financiamentos	257.864	-	257.864	226.622	-	226.622
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.533	-	4.533	19.181	-	19.181
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.574	-	22.574	16.106	-	16.106
Outras obrigações	5.089	-	5.089	4.609	(2)	4.607
Total do passivo não circulante	<u>290.060</u>	<u>-</u>	<u>290.060</u>	<u>266.518</u>	<u>(2)</u>	<u>266.516</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social	203.653	-	203.653	229.901	-	229.901
Ações em tesouraria	(4.923)	-	(4.923)	(4.923)	-	(4.923)
Reservas de lucros	246.726	-	246.726	271.932	-	271.932
Ajustes de avaliação patrimonial	11.279	-	11.279	11.279	-	11.279
Dividendos adicionais propostos	9.420	-	9.420	7.695	-	7.695
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	466.155	-	466.155	515.884	-	515.884
Participação não controladora	52	-	52	57	-	57
Total do patrimônio líquido	<u>466.207</u>	<u>-</u>	<u>466.207</u>	<u>515.941</u>	<u>-</u>	<u>515.941</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>1.294.402</u>	<u>(9)</u>	<u>1.294.393</u>	<u>1.334.941</u>	<u>(24)</u>	<u>1.334.917</u>

Demonstração do resultado do exercício:

	Em 31 de dezembro de 2012		
	Balanço antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanço ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.923.585	(77)	1.923.508
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(1.083.686)	-	(1.083.686)
LUCRO BRUTO	<u>839.899</u>	<u>(77)</u>	<u>839.822</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Vendas	(504.287)	2	(504.285)
Gerais e administrativas	(159.292)	277	(159.015)
Depreciações e amortizações	(38.647)	1	(38.646)
Equivalência patrimonial	-	(200)	(200)
Outras despesas operacionais	(2.706)	-	(2.706)
Outras receitas operacionais	<u>8.932</u>	<u>-</u>	<u>8.932</u>
	(696.000)	80	(695.920)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>143.899</u>	<u>3</u>	<u>143.902</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	6.211	(4)	6.207
Despesas financeiras	<u>(44.349)</u>	<u>1</u>	<u>(44.348)</u>
	(38.138)	(3)	(38.141)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	105.761	-	105.761
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(14.100)	-	(14.100)
Diferidos	(14.646)	-	(14.646)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>77.015</u>	<u>-</u>	<u>77.015</u>
Atribuível à:			
Participação controladora	77.010	-	77.010
Participação não controladora	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
	<u>77.015</u>	<u>-</u>	<u>77.015</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$			
Básico	2,72286	-	2,72286
Diluído	2,71958	-	2,71958

A coluna “1º de janeiro de 2012” não será apresentada no balanço patrimonial em virtude da imaterialidade dos valores relacionados a desconsolidação da Minha Biblioteca.

Os ajustes mencionados no balanço patrimonial e demonstração do resultado foram refletidos nas demonstrações dos fluxos de caixa e nas demonstrações do valor adicionado.

***b) Base de consolidação***

***Combinações de negócios – CPC 15 (R1)***

Combinações de negócios são registradas por meio do método de aquisição, que exige a) a identificação do adquirente. b) a determinação da data de aquisição, assim entendida como sendo a data em que o controle é obtido; c) o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores na adquirida; e d) o reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

O ágio é mensurado na data de aquisição e corresponde a soma: a) da contraprestação transferida; e b) do valor líquido dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos, mensurados pelo valor justo;

Os custos diretamente relacionados à aquisição são registrados no resultado como despesa quando incorridos.

O passivo fiscal diferido calculado sobre os ativos identificáveis líquidos dos passivos assumidos na aquisição afeta o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

***Investimentos em controladas***

A Editora controla as políticas financeiras e operacionais do Varejo e da Érica para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Editora, do Varejo e da Érica, empresas controladas, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, as informações contábeis do Varejo e da Érica são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo e a Érica são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Editora.

***Empresa controlada em conjunto***

As demonstrações contábeis da Minha Biblioteca são reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Editora pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas à Minha Biblioteca são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Editora.

***Transações eliminadas na consolidação***

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Editora e as empresas controladas são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o



investimento na proporção da participação da Editora nas empresas investidas. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**c) *Receitas operacionais***

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

**d) *Transações e saldos em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

**e) *Instrumentos financeiros***

**i) *Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento***

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data em que são assinados os contratos.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias:

## ***ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração***

### ***Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Editora e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, documentadas pela Editora e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

### ***Caixa e equivalentes de caixa***

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

### ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

## ***iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração***

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que são assumidas as disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

## ***iv) Instrumentos financeiros derivativos***

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

***f) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa***

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

***g) Estoques***

Registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior. No caso do Varejo é constituída provisão para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

Periodicamente a Administração da Editora realiza análise do estoque e, quando identificados livros deteriorados ou edições descontinuadas pelo mercado, o valor correspondente ao custo dos livros é reconhecido diretamente no resultado.

***h) Investimentos***

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Editora e o investimento na controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O lucro não realizado decorrente das operações de venda de produtos com o Varejo é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial.

***i) Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (nota explicativa nº 12). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Editora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois o menor (nota explicativa nº 12).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### *j) Intangível*

##### *Adquiridos separadamente:*

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação.

##### *Gerados internamente:*

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

##### *Baixa de ativos intangíveis*

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

##### *Ágio*

Atualmente o ágio apurado na aquisição de empresas representa o excesso do valor pago na aquisição em relação à participação no valor justo dos ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes das empresas adquiridas reconhecidos na data da aquisição. O ágio, inicialmente reconhecido pelo valor justo é, subsequentemente, avaliado pelo seu valor de recuperação. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, foi aplicado o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios para o registro da operação de aquisição da totalidade das quotas da Érica (Nota explicativa nº 2).

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante: a) da aquisição e incorporação de empresas adquiridas entre 2003 e 2008 e foi amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda; e b) combinação de negócios, decorrente da aquisição da totalidade das quotas da Érica em 2013.

***k) Avaliação do valor recuperável dos ativos***

***i. Ativos financeiros não derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Editora e as empresas controladas em condições que a Editora e as empresas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Editora e as empresas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Editora e as empresas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Editora e as empresas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento

subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

#### *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

#### ***ii. Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Editora e as empresas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### ***l) Empréstimos e financiamentos***

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício de relatório pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados a operações de “swap”, registradas pelo regime de competência a valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

***m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos***

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

***n) Direitos autorais***

Calculados e registrados como despesas operacionais no momento da realização das vendas e, em alguns casos, como custo da produção, no momento da edição.

***o) Provisões***

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando a perda é julgada provável e pelo seu montante estimado de perda, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Editora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 19.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

***p) Arrendamento mercantil***

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- **Arrendamentos operacionais**

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

**q) *Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos***

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, como segue:

Editora e Varejo: as provisões para o IRPJ e CSLL são calculadas de acordo com as alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis.

Érica: as provisões para IRPJ e CSLL são calculadas de acordo com as alíquotas vigentes sobre o lucro presumido, apurado trimestralmente por meio da soma do valor resultante da aplicação dos percentuais de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita bruta de vendas deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais, e das demais receitas incluídas no conceito de receita bruta definido na legislação do imposto de renda.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias do Varejo, e sobre diferenças temporárias da Editora. Não há ativos fiscais diferidos para a Érica em virtude da opção pela tributação do IRPJ e da CSLL com base no lucro presumido. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as



diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

***r) Receita diferida – programa de fidelização de clientes***

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

***s) Benefícios a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

***t) Remuneração baseada em ações***

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Editora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 20.e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

***u) Dividendos e juros sobre o capital próprio***

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Editora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Editora. Por outro lado, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

**v) *Apresentação do lucro líquido por ação***

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 27.

**w) *Receitas financeiras e despesas financeiras***

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Esses juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

**x) *Informação por segmento***

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação.

**y) *Demonstração do valor adicionado (“DVA”)***

A DVA apresentada pela Editora tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**z) *Novas normas e interpretações não adotadas***

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)***

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual são mantidas as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração no pronunciamento vigente, correspondentes a esta norma. A Editora e as empresas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

**aa) Determinação do valor justo**

Os valores justos são apurados para ativos e passivos financeiros e não-financeiros para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e bancos - conta movimento	174	726	11.480	12.309
Aplicações financeiras (*)	<u>6.757</u>	<u>53.880</u>	<u>11.606</u>	<u>74.686</u>
	<u>6.931</u>	<u>54.606</u>	<u>23.086</u>	<u>86.995</u>

(\*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados pela taxa de 100% (75% a 102% em 2012) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Duplicatas a receber	113.133	99.617	120.142	102.528
Duplicatas a receber - Varejo	7.975	12.625	-	-
Cartões de crédito	97	16	138.772	267.460
Cheques a receber	<u>3.017</u>	<u>4.881</u>	<u>3.105</u>	<u>5.068</u>
	124.222	117.139	262.019	375.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.464)</u>	<u>(3.110)</u>	<u>(5.112)</u>	<u>(5.346)</u>
	<u>120.758</u>	<u>114.029</u>	<u>256.907</u>	<u>369.710</u>

O período médio de recebimento das vendas de produtos realizadas pela Editora (“duplicatas a receber”) é de 80 dias, do Varejo é de 54 dias e da Érica de 50 dias.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor a receber do Programa Nacional do Livro Didático “PNLD”, representava 20% do saldo total de contas a receber da Editora e as contas a receber

representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes operadoras: Cielo, Redecard e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada exercício é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

a) Saldos por vencimento

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
A vencer	117.787	110.553	252.301	368.189
Vencidos:				
Até 60 dias	3.545	4.164	5.222	4.387
De 61 a 90 dias	622	450	1.484	478
De 91 a 180 dias	1.064	908	1.708	938
Acima de 180 dias	<u>1.204</u>	<u>1.064</u>	<u>1.304</u>	<u>1.064</u>
	<u>124.222</u>	<u>117.139</u>	<u>262.019</u>	<u>375.056</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento, de acordo com o histórico de inadimplência. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irrecuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Saldos no início do exercício	(3.110)	(2.496)	(5.346)	(3.596)
Baixa dos créditos				
considerados irrecuperáveis	2.311	1.918	4.225	2.843
Créditos considerados				
irrecuperáveis no exercício	(2.690)	(2.311)	(4.069)	(4.225)
Reversão de provisão de				
exercício anterior	799	578	1.121	753
Provisão do exercício	<u>(774)</u>	<u>(799)</u>	<u>(1.043)</u>	<u>(1.121)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(3.464)</u>	<u>(3.110)</u>	<u>(5.112)</u>	<u>(5.346)</u>

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Créditos considerados irrecuperáveis				
no exercício	(2.690)	(2.311)	(4.069)	(4.225)
Provisão do período líquida da reversão				
de provisão de exercício anterior	25	(221)	78	(1.015)
Recuperação de créditos considerados				
irrecuperáveis	<u>375</u>	<u>307</u>	<u>(861)</u>	<u>332</u>
	<u>(2.290)</u>	<u>(2.225)</u>	<u>(4.852)</u>	<u>(4.908)</u>

## 7. ESTOQUES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Mercadorias para revenda	840	653	348.693	258.956
Licenças de uso	744	-	744	-
Produtos acabados	94.774	80.697	95.980	80.697
Produtos em elaboração	50.996	58.819	50.996	58.819
Matérias-primas	14.431	8.811	14.431	8.811
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.367</u>	<u>1.160</u>	<u>3.714</u>	<u>4.087</u>
	163.152	150.140	514.558	411.370
Lucro não realizado nos estoques				
(venda da Editora para o Varejo)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.333)</u>	<u>(8.624)</u>
	<u>163.152</u>	<u>150.140</u>	<u>503.225</u>	<u>402.746</u>

### Provisão para perdas com estoques

A provisão para perdas está relacionada à obsolescência dos estoques. No caso do Varejo, a provisão corresponde aos estoques sem condição de venda, por deterioração, ou pelo giro abaixo das estimativas previstas. No caso da Editora, o valor correspondente ao custo dos livros deteriorados ou das edições descontinuadas pelo mercado e é reconhecido diretamente ao resultado.

O item mercadoria para revenda do Varejo está líquido de provisão para obsolescência e provisão para perda com estoque danificado no montante de R\$17.149 (R\$2.057 em 31 de dezembro de 2012).

O custo dos estoques reconhecido no resultado apresenta a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	161.474	148.122	1.225.969	1.078.298
Despesas operacionais	9.470	8.779	10.035	9.426
	<u>170.944</u>	<u>156.901</u>	<u>1.236.004</u>	<u>1.087.724</u>

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	12.487	7.181	77.189	51.733
Programa de Integração Social - PIS (ii)	2.398	768	17.797	11.090
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	558	-	5.359	2.941
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.350	1.171	5.123	2.110
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.209	-	4.582	308
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	66.081	77.770
Contribuição Previdenciária - INSS (ii)	4.475	-	9.587	-
Outros	-	10	3	78
	<u>24.477</u>	<u>9.130</u>	<u>185.721</u>	<u>146.030</u>
Ativo circulante	24.477	9.130	140.196	86.963
Ativo não circulante	-	-	45.525	59.067
	<u>24.477</u>	<u>9.130</u>	<u>185.721</u>	<u>146.030</u>

- (i) Inclui o ICMS retido por substituição tributária no Estado de São Paulo, objeto de ressarcimento, no montante de R\$33.371 (R\$54.664 em 31 de dezembro de 2012).

A partir de 2008, o regime de substituição tributária de ICMS vigente no Estado de São Paulo passou a enquadrar grande parte dos produtos comercializados por diversas empresas do segmento de varejo, exigindo a adoção de procedimentos específicos para a adequada manutenção de registros fiscais necessários à recuperação de créditos gerados em operações realizadas para fora do território paulista.

Parte dos produtos comercializados pelo Varejo está sujeita ao regime de substituição tributária nas operações subsequentes, sendo os produtos enquadrados como segue:

- Produtos de áudio e vídeo - a partir de abril de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a “games” - a partir de setembro de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a consoles - a partir de maio de 2009.
- Produtos de papelaria e brinquedos - a partir de maio de 2009.
- Produtos de informática, telefonia e eletroeletrônicos - a partir de junho de 2009.

Por esse regime, o ICMS devido nas operações de venda do Varejo é pago antecipadamente na aquisição das mercadorias e registrado como custo do estoque no pressuposto de que as vendas a não contribuintes do ICMS ocorrerão no Estado de São Paulo. Nas operações de transferência dessas mercadorias dos Centros de Distribuição, localizados em São Paulo, para as lojas estabelecidas em outros Estados da Federação, o ICMS pago antecipadamente transforma-se em crédito de imposto a ser ressarcido com o Estado de São Paulo, nos termos previstos na legislação estadual.

O processo de ressarcimento exige o atendimento de normativos legais previstos no Regulamento do ICMS-SP, Decreto nº 45.490/00, e Portaria CAT nº 17/99, que exige, entre outras atividades para a apuração do crédito, o desenvolvimento de um software para extração de dados históricos e sua formatação nos formatos exigidos.

A apuração dos créditos requer, ainda, um minucioso trabalho de certificação dos dados históricos obtidos atualmente com os mesmos dados apresentados em outras obrigações fiscais transmitidas à época dos períodos de enquadramento dos produtos e a preparação de relatórios e mídias com arquivos magnéticos que serão submetidos à avaliação das autoridades fiscais no processo de ressarcimento.

A Administração iniciou, em 2010, todo o esforço necessário para que os valores fossem apurados e homologados com sucesso, o que incluiu: (a) discussões com entidades de classe e órgãos da administração pública; (b) contratação de consultoria especializada; e (c) investimentos em tecnologia e recursos humanos.

Em 12 de dezembro de 2011, foi publicado o Decreto nº 57.608, que estabeleceu a possibilidade de requerer Regime Especial para tornar os Centros de Distribuição localizados no Estado de São Paulo, que atualmente acumulam créditos nas operações de abastecimento da rede de lojas de outros Estados, em agentes responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes.

Por meio do Regime Especial, as operações de abastecimento das lojas localizadas em outros Estados deixam de acumular créditos de ICMS nos Centros de Distribuição, e os créditos acumulados em períodos anteriores, observados os dispositivos legais da Portaria CAT nº 17/99, poderão ser compensados na escrita fiscal em até 36 meses, com o ICMS relativo às operações submetidas ao regime comum de tributação.

Em 12 de junho de 2012, o Varejo obteve o deferimento do Pedido de Regime Especial, instruído nos termos do Decreto 57.608/2011 com vigência a partir de 1 de julho de 2012, deslocando a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as operações subsequentes para os Centros de Distribuição do Varejo nas operações de abastecimento de suas Lojas localizadas no Estado de São Paulo. Com o Regime Especial,

os fornecedores do Varejo, definidos pela legislação estadual do ICMS e nos convênios e protocolos de que o Estado de São Paulo é signatário, como contribuintes substitutos tributários ficam desobrigados da retenção e recolhimento do imposto incidente sobre as operações subsequentes.

A medida evita o pagamento antecipado do ICMS sobre mercadorias destinadas a outros estados da Federação que se transformavam em créditos de difícil recuperação em virtude do processo legal estabelecido para o ressarcimento; congela o crédito acumulado de ICMS e permite sua utilização para o pagamento dos impostos gerados a partir da vigência do Regime Especial pelas operações de abastecimento de todas as Lojas da rede.

O valor do crédito de ICMS calculado sobre o estoque de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária existente em 30 de junho de 2012, data correspondente ao final do dia anterior ao da vigência do Regime Especial é de R\$4.568. O crédito foi totalmente utilizado para o pagamento do ICMS por substituição tributária gerado pelos Centros de Distribuição a partir de 1º de julho de 2012, em dez parcelas iguais e sucessivas, nos termos do Decreto nº 57.608/2011.

Em 12 de março de 2013, o Varejo obteve o deferimento do Aditamento ao Regime Especial, instruído nos termos do Decreto nº 57.608/2011, que autoriza a apresentação de Demonstrativo de Controle de Estoque diverso do previsto na Portaria CAT 17/99 para instruir o pedido de ressarcimento de créditos acumulados do período entre abril de 2008 e junho de 2012.

A medida promove uma simplificação relevante para o Varejo na condução do processo de ressarcimento e na apresentação das informações que serão utilizadas pela autoridade fiscal para certificação dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2013 a Administração concluiu a apuração do valor do crédito efetivamente recuperável do período entre abril de 2008 e junho de 2012. O valor apurado de acordo com os termos do Regime Especial aprovado em 12 de março de 2013 foi de R\$43.304, resultando em perda de valor recuperável no montante de R\$11.357, registrado em “Outras despesas operacionais”. Os valores efetivamente compensáveis de acordo com o modelo de apuração simplificado, são apresentados à Secretaria da Fazenda e compensados nos termos do Decreto nº 57.608/11, independentemente de verificação fiscal. O valor efetivamente compensado na escrita fiscal até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$9.936. O valor de crédito a compensar, sujeito a apuração no modelo simplificado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$33.371.

- (ii) Inclui créditos constituídos para a Editora e Varejo amparados em parecer de seus assessores jurídicos, relacionados a INSS (Editora R\$4.465, Consolidado R\$9.509) e PIS e Cofins (Editora R\$3.681, Consolidado R\$11.681).



## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	26.404	26.011
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	651	560	5.685	5.297
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	23	2	2.526	7.263
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	1.324	1.623
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	5.831	699
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	263	272	277	338
Perda não realizada em operação de "swap"	129	-	129	-
Provisão participação nos resultados e gratificações	2.238	-	3.483	-
Provisão para premiação sobre vendas	760	-	760	-
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	4.122	-
Outras provisões	<u>464</u>	<u>586</u>	<u>1.878</u>	<u>738</u>
	<u>4.528</u>	<u>1.420</u>	<u>52.419</u>	<u>41.969</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros (*)	10.836	9.220	23.716	22.220
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	4.963	4.765	31.526	26.388
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	2.906	6.729
Impostos diferidos - combinação de negócios	-	-	4.447	-
Outros	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>21.612</u>	<u>19.798</u>	<u>68.408</u>	<u>61.150</u>
	<u>17.084</u>	<u>18.378</u>	<u>15.989</u>	<u>19.181</u>

(\*) A Editora e o Varejo, com base na opinião de seus advogados externos, consideram o incentivo fiscal instituído pela Lei nº 10.753/03, com redação alterada pela Lei nº 10.833/03, relacionado à dedutibilidade da provisão para perdas nos estoques, como um ajuste direto na base fiscal, reconhecendo-se os respectivos IRPJ e CSLL diferidos passivos.

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Editora, realizáveis na proporção da solução final das ações judiciais impetradas; em relação aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias do Varejo, a Administração considera sua realização com base nos lucros tributáveis futuros, conforme segue:

<u>Data de encerramento do exercício</u>	<u>Realização do ativo fiscal diferido do Varejo</u>
31 de dezembro de 2014	15.384
31 de dezembro de 2015	11.357
31 de dezembro de 2016	8.456
31 de dezembro de 2017	9.742
31 de dezembro de 2018	2.952
	<u>47.891</u>

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	17.030	93.635	10.249	105.761
(-) Parcela tributada pelo lucro presumido	-	-	3.334	-
Base de cálculo tributada pelo lucro real	17.030	93.635	6.915	105.761
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.790)	(31.835)	(2.351)	(35.959)
Imposto de renda e contribuição social pelo lucro presumido	-	-	(288)	-
	(5.790)	(31.835)	(2.639)	(35.959)
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(818)	(755)	(2.194)	(254)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(5.924)	8.142	1	-
Efeito dos juros sobre o capital próprio	8.339	8.835	8.339	8.835
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	-	-	(921)	(328)
Outros itens	186	(1.012)	186	(1.040)
	<u>(4.007)</u>	<u>(16.625)</u>	<u>2.772</u>	<u>(28.746)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	(5.301)	(13.700)	(5.568)	(14.100)
Diferidos	1.294	(2.925)	8.340	(14.646)
	<u>(4.007)</u>	<u>(16.625)</u>	<u>2.772</u>	<u>(28.746)</u>
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido	<u>23.53%</u>	<u>17.76%</u>	<u>27.05%</u>	<u>27.18%</u>

- c) Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (Lei nº 11.941/09)

A Editora e o Varejo optaram pelo Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio da qual as apurações do IRPJ, da CSLL e da contribuição para o PIS e a COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07, foram registrados nas demonstrações contábeis da Editora e do Varejo, quando aplicável, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributo sobre o Lucro (IAS 12). A Editora e o Varejo manifestaram a referida opção na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ em 2009.

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1.397”).

A MP 627 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, com a possibilidade de opção, de forma irretratável, pela aplicação dos dispositivos nela contidos, a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração da Editora e do Varejo tem a intenção de fazer a adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração da Editora e do Varejo e de seus consultores, a opção pela adoção antecipada, não representará risco relacionado à tributação sobre dividendos pagos após a data da publicação da MP 627 que excederam o lucro fiscal apurado entre 1/1/2008 e 31/12/2013.

## 10. PARTES RELACIONADAS

### a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas com as quais a Editora mantém transações são:

- Varejo - empresa controlada.
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas.

As transações com as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, doações e empréstimos de mútuo.

As transações comerciais de venda de livros da Editora para o Varejo são realizadas com base nos preços de capa dos livros e descontos normais concedidos para livreiros, acrescidos de descontos por volume de compra. A liquidação das contas a receber ocorre com a transferência de recursos financeiros do Varejo para a Editora nos prazos concedidos em cada pedido de compra.

As transações comerciais entre o Varejo e a Érica foram eliminadas no processo de consolidação.

Os empréstimos obtidos e/ou concedidos para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 101% da variação do CDI.

A movimentação dos empréstimos concedidos ao Varejo é como segue:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Saldos no início do exercício	19.693	52.310
Empréstimos concedidos		
liquidos dos recebimentos	(20.038)	(36.856)
Receitas financeiras	<u>345</u>	<u>4.239</u>
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>19.693</u>

A movimentação dos empréstimos obtidos com o Varejo é como segue:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Saldos no início do exercício	-	-
Empréstimos obtidos	93.980	19.497
Pagamentos efetuados	(73.710)	(19.630)
Despesas financeiras	<u>1.873</u>	<u>133</u>
Saldos no fim do exercício	<u>22.143</u>	<u>-</u>

Os saldos e transações com o Varejo são como segue:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Saldos:		
Ativo:		
Contas a receber (circulante) - nota explicativa nº 6	7.975	12.625
Empréstimos concedidos - contrato de mútuo (não circulante)	-	19.693
Passivo:		
Fornecedores (circulante) - nota explicativa nº 16	160	20
Empréstimos obtidos - contrato de mútuo (circulante)	22.143	-
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Transações:		
Vendas de produtos	55.518	52.859
Compras de mercadorias	709	877
Receitas financeiras	345	4.239
Despesas financeiras	1.873	335

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram realizadas doações no montante de R\$802 (R\$600 em 31 de dezembro de 2012).

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

A remuneração dos diretores e membros do Conselho de Administração é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Pró-labore do conselho de administração	1.706	1.279	3.412	2.486
Pró-labore da diretoria	4.263	5.219	8.314	9.731
Subtotal	5.969	6.498	11.726	12.217
Participação nos lucros	744	6.062	744	6.062
Remuneração baseada em ações	(101)	429	(101)	429
	<u>6.612</u>	<u>12.989</u>	<u>12.369</u>	<u>18.708</u>

A Editora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Editora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% sobre o lucro.

## 11. INVESTIMENTOS

A participação nas controladas e controlada em conjunto e suas principais informações são como segue:

	31/12/13				31/12/12		
	Varejo	Minha Biblioteca	Érica	Total	Varejo	Minha Biblioteca	Total
Quantidade de ações ou quotas do capital social - milhares	216.490	2.000	120		216.490	1.600	
Quantidade de ações ou quotas possuídas - milhares	216.450	500	119		216.450	400	
Participação no capital social	99,98%	25,00%	99,00%		99,98%	25,00%	
Participação do investimento no patrimônio líquido da Editora (inclui empréstimos de mútuo)	54,64%	0,03%	5,96%		62,14%	0,01%	
Capital social atualizado	326.317	2.000	120		326.317	1.600	
Patrimônio líquido	293.175	596	5.526	299.297	309.581	180	309.761
(-) Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(11.333)	-	-	(11.333)	(8.624)	-	(8.624)
Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	-	-	8.633	8.633	-	-	-
Total	281.842	596	14.159	296.597	300.957	180	301.137
Ágio	-	-	16.581	16.581	-	-	-
Valor total do investimento	281.788	149	30.740	312.677	300.900	45	300.945

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Editora é composta como segue:

	Editora - BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Lucro (Prejuízo) líquido do Varejo	(16.406)	25.120
Lucro (Prejuízo) líquido da Minha Biblioteca	4	(200)
Lucro líquido da Érica	3.047	-
Realização dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	(1.360)	-
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	<u>(2.709)</u>	<u>(968)</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	<u>(17.424)</u>	<u>23.952</u>
Equivalência patrimonial	<u>(17.422)</u>	<u>23.948</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Editora - BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12
Saldo no início do exercício	300.945	276.847
Integralização de capital em empresa de controle compartilhado - Minha Biblioteca	100	150
Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos - aquisição Érica	12.528	-
Ágio - aquisição Érica	16.581	-
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(2.709)	(968)
Participação no resultado do Varejo	(16.404)	25.116
Participação no resultado da Minha Biblioteca	4	(200)
Participação no resultado da Érica	3.047	-
Cessão de 1% das quotas da Érica para o Varejo	(55)	-
Realização dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	<u>(1.360)</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício	<u>312.677</u>	<u>300.945</u>

As principais informações do Varejo, da Minha Biblioteca e da Érica são como segue:



	Varejo		Minha Biblioteca		Érica
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13
Ativo total	921.006	938.960	790	280	6.981
Passivo circulante e não circulante	627.831	629.379	190	100	1.400
Patrimônio líquido	293.175	309.581	600	180	5.581
Receitas líquidas (i)	1.687.854	1.508.716	1.599	308	9.355
(Prejuízo) Lucro do exercício (i)	(16.406)	25.120	15	(800)	3.047

(i) Compreende o período entre 8 de junho e 31 de dezembro de 2013.

## 12. IMOBILIZADO

		Editora - BR GAAP					
		31/12/13			31/12/12		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	18.527	-	18.527	18.527	-	18.527
Edifícios e construções	4	8.006	(4.925)	3.081	8.006	(4.607)	3.399
Máquinas e equipamentos	10	2.079	(1.778)	301	1.884	(1.707)	177
Móveis, utensílios e instalações	10	8.524	(6.189)	2.335	8.059	(5.719)	2.340
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	12.159	(9.576)	2.583	11.613	(8.547)	3.066
Veículos	20	8.625	(6.263)	2.362	8.927	(5.644)	3.283
Equipamentos de informática	20	17.839	(13.734)	4.105	16.422	(12.450)	3.972
Imobilizado arrendado	20	828	(266)	562	828	(101)	727
Imobilizado em andamento	-	56	-	56	269	-	269
		<u>76.643</u>	<u>(42.731)</u>	<u>33.912</u>	<u>74.535</u>	<u>(38.775)</u>	<u>35.760</u>

(\*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado - IFRS e BR GAAP					
		31/12/13			31/12/12		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	18.530	-	18.530	18.530	-	18.530
Edifícios e construções	4	9.447	(5.946)	3.501	9.447	(5.572)	3.875
Máquinas e equipamentos	10	3.308	(2.669)	639	2.871	(2.586)	285
Móveis, utensílios e instalações	10	78.819	(45.269)	33.550	73.993	(39.762)	34.231
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	169.397	(130.795)	38.602	155.693	(110.569)	45.124
Veículos	20	10.040	(6.984)	3.056	10.353	(6.246)	4.107
Equipamentos de informática	20	56.081	(41.241)	14.840	50.976	(36.759)	14.217
Imobilizado arrendado	20	2.857	(773)	2.084	2.857	(202)	2.655
Imobilizado em andamento	-	1.290	-	1.290	3.130	-	3.130
		<u>349.769</u>	<u>(233.677)</u>	<u>116.092</u>	<u>327.850</u>	<u>(201.696)</u>	<u>126.154</u>

(\*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.



As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Editora - BR GAAP										
	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/13
Custo:										
Terrenos	18.527	-	-	-	18.527	-	-	-	-	18.527
Edifícios e construções	7.987	19	-	-	8.006	-	-	-	-	8.006
Máquinas e equipamentos	1.881	10	(7)	-	1.884	197	(2)	-	-	2.079
Móveis, utensílios e instalações	7.815	283	(39)	-	8.059	326	(6)	145	-	8.524
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.341	272	-	-	11.613	451	-	95	-	12.159
Veículos	8.628	1.003	(704)	-	8.927	369	(671)	-	-	8.625
Equipamentos de informática	14.664	1.863	(105)	-	16.422	1.701	(313)	29	-	17.839
Imobilizado arrendado	828	-	-	-	828	-	-	-	-	828
Imobilizado em andamento	124	147	(2)	-	269	56	-	(269)	-	56
Total do custo	71.795	3.597	(857)	-	74.535	3.100	(992)	-	-	76.643
Depreciação acumulada:										
Edifícios e construções	(4.290)	(317)	-	-	(4.607)	(318)	-	-	-	(4.925)
Máquinas e equipamentos	(1.637)	(78)	8	-	(1.707)	(73)	2	-	-	(1.778)
Móveis, utensílios e instalações	(5.371)	(382)	34	-	(5.719)	(476)	6	-	-	(6.189)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de terceiros	(7.614)	(933)	-	-	(8.547)	(1.029)	-	-	-	(9.576)
Veículos	(4.807)	(1.491)	654	-	(5.644)	(1.198)	579	-	-	(6.263)
Equipamentos de informática	(11.146)	(1.408)	104	-	(12.450)	(1.571)	287	-	-	(13.734)
Imobilizado arrendado	-	(101)	-	-	(101)	(165)	-	-	-	(266)
Total da depreciação	(34.865)	(4.710)	800	-	(38.775)	(4.830)	874	-	-	(42.731)
Valor líquido	36.930	(1.113)	(57)	-	35.760	(1.730)	(118)	-	-	33.912
Consolidado - IFRS e BR GAAP										
	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/13
Custo:										
Terrenos	18.530	-	-	-	18.530	-	-	-	-	18.530
Edifícios e construções	9.428	19	-	-	9.447	-	-	-	-	9.447
Máquinas e equipamentos	2.872	10	(11)	-	2.871	219	(23)	241	-	3.308
Móveis, utensílios e instalações	69.143	2.938	(287)	2.207	73.993	5.462	(124)	2.226	(2.738)	78.819
Benfeitorias em imóveis de terceiros	141.134	6.258	(1.080)	9.381	155.693	12.316	-	9.924	(8.536)	169.397
Veículos	9.537	1.555	(739)	-	10.353	517	(830)	-	-	10.040
Equipamentos de informática	46.995	4.286	(869)	566	50.976	4.107	(1.166)	2.361	(197)	56.081
Imobilizado arrendado	2.857	-	-	-	2.857	-	-	-	-	2.857
Imobilizado em andamento	1.826	13.460	(2)	(12.154)	3.130	13.377	-	(15.217)	-	1.290
Total do custo	302.322	28.526	(2.988)	-	327.850	35.998	(2.143)	(465)	(11.471)	349.769
Depreciação acumulada:										
Edifícios e construções	(5.199)	(373)	-	-	(5.572)	(374)	-	-	-	(5.946)
Máquinas e equipamentos	(2.491)	(107)	12	-	(2.586)	(106)	23	-	-	(2.669)
Móveis, utensílios e instalações	(34.886)	(4.967)	91	-	(39.762)	(5.600)	93	-	-	(45.269)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de terceiros	(91.904)	(19.395)	730	-	(110.569)	(20.226)	-	-	-	(130.795)
Veículos	(5.226)	(1.709)	689	-	(6.246)	(1.463)	725	-	-	(6.984)
Equipamentos de informática	(32.381)	(5.228)	850	-	(36.759)	(5.620)	1.138	-	-	(41.241)
Imobilizado arrendado	-	(202)	-	-	(202)	(571)	-	-	-	(773)
Total da depreciação	(172.087)	(31.981)	2.372	-	(201.696)	(33.960)	1.979	-	-	(233.677)
Valor líquido	130.235	(3.455)	(616)	-	126.154	2.038	(164)	(465)	(11.471)	116.092

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 4. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas na unidade do Varejo Village Mall e constituiu provisão para perda de valor recuperável no

montante de R\$11.471. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve a existência de indicadores de perda de valor recuperável.

#### Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$2.084 (R\$2.655 em 31 de dezembro de 2012).

### 13. INTANGÍVEL

Editora - BR GAAP							
	Taxa anual de amortização - %	31/12/13			31/12/12		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	19.522	(4.926)	14.596	19.522	(4.926)	14.596
Cessão de direitos	20	6.000	(2.803)	3.197	3.548	(2.413)	1.135
Software	20	31.459	(19.959)	11.500	25.427	(17.016)	8.411
Marcas e patentes	-	188	-	188	188	-	188
Outros intangíveis	20	1.722	(1.722)	-	1.722	(1.427)	295
Intangível em andamento	-	350	-	350	2.619	-	2.619
		<u>59.241</u>	<u>(29.410)</u>	<u>29.831</u>	<u>53.026</u>	<u>(25.782)</u>	<u>27.244</u>

  

Consolidado - IFRS e BR GAAP							
	Taxa anual de amortização - %	31/12/13			31/12/12		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	115.352	(21.504)	93.848	98.771	(21.504)	77.267
Cessão comercial	20	33.611	(27.709)	5.902	33.163	(25.360)	7.803
Cessão de direitos	20	16.224	(3.399)	12.825	3.548	(2.413)	1.135
Software	20	95.878	(43.070)	52.808	81.088	(33.001)	48.087
Marcas e patentes	-	2.593	(68)	2.525	323	(67)	256
Outros intangíveis	20	2.715	(1.838)	877	1.722	(1.427)	295
Intangível arrendado	20	1.215	(740)	475	1.215	(497)	718
Intangível em andamento	-	6.051	-	6.051	20.690	-	20.690
		<u>273.639</u>	<u>(98.328)</u>	<u>175.311</u>	<u>240.520</u>	<u>(84.269)</u>	<u>156.251</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

Editora - BR GAAP										
	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	recuperável	31/12/13
Custo:										
Ágio	19.522	-	-	-	19.522	-	-	-	-	19.522
Cessão de direitos	3.392	57	-	99	3.548	1.135	-	1.317	-	6.000
Software	19.958	1.927	-	3.542	25.427	1.409	-	4.623	-	31.459
Marcas e patentes	188	-	-	-	188	-	-	-	-	188
Outros	1.722	-	-	-	1.722	-	-	-	-	1.722
Intangível em andamento	2.719	3.541	-	(3.641)	2.619	4.097	(426)	(5.940)	-	350
Total do custo	<u>47.501</u>	<u>5.525</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>53.026</u>	<u>6.641</u>	<u>(426)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.241</u>
Amortização acumulada:										
Ágio	(4.926)	-	-	-	(4.926)	-	-	-	-	(4.926)
Cessão de direitos	(2.171)	(237)	-	(5)	(2.413)	(390)	-	-	-	(2.803)
Software	(15.256)	(1.765)	-	5	(17.016)	(2.943)	-	-	-	(19.959)
Outros	(1.034)	(393)	-	-	(1.427)	(295)	-	-	-	(1.722)
Total da amortização	<u>(23.387)</u>	<u>(2.395)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.782)</u>	<u>(3.628)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.410)</u>
Valor líquido	<u>24.114</u>	<u>3.130</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.244</u>	<u>3.013</u>	<u>(426)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.831</u>
Consolidado - IFRS e BR GAAP										
	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/13
Custo:										
Ágio	98.771	-	-	-	98.771	16.581	-	-	-	115.352
Cessão comercial	32.698	-	(350)	815	33.163	-	-	1.100	(652)	33.611
Cessão de direitos	3.392	57	-	99	3.548	11.359	-	1.317	-	16.224
Software	46.054	5.195	-	29.839	81.088	4.512	-	10.278	-	95.878
Marcas e patentes	323	-	-	-	323	2.270	-	-	-	2.593
Outros intangíveis	1.722	-	-	-	1.722	993	-	-	-	2.715
Intangível arrendado	1.215	-	-	-	1.215	-	-	-	-	1.215
Intangível em andamento	21.010	30.433	-	(30.753)	20.690	17.621	(20.030)	(12.230)	-	6.051
Total do custo	<u>205.185</u>	<u>35.685</u>	<u>(350)</u>	<u>-</u>	<u>240.520</u>	<u>53.336</u>	<u>(20.030)</u>	<u>465</u>	<u>(652)</u>	<u>273.639</u>
Amortização acumulada:										
Ágio	(21.504)	-	-	-	(21.504)	-	-	-	-	(21.504)
Cessão comercial	(23.534)	(2.176)	350	-	(25.360)	(2.349)	-	-	-	(27.709)
Cessão de direitos	(2.171)	(237)	-	(5)	(2.413)	(986)	-	-	-	(3.399)
Software	(27.350)	(5.656)	-	5	(33.001)	(10.069)	-	-	-	(43.070)
Marcas e patentes	(66)	(1)	-	-	(67)	(1)	-	-	-	(68)
Outros intangíveis	(1.034)	(393)	-	-	(1.427)	(411)	-	-	-	(1.838)
Intangível arrendado	(266)	(231)	-	-	(497)	(243)	-	-	-	(740)
Total da amortização	<u>(75.925)</u>	<u>(8.694)</u>	<u>350</u>	<u>-</u>	<u>(84.269)</u>	<u>(14.059)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(98.328)</u>
Valor líquido	<u>129.260</u>	<u>26.991</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>156.251</u>	<u>39.277</u>	<u>(20.030)</u>	<u>465</u>	<u>(652)</u>	<u>175.311</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis, conforme descrito na nota explicativa nº 4. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas na unidade do Varejo Village Mall e constituiu provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$652. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve a existência de indicadores de perda de valor recuperável.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, foi realizada baixa no montante de R\$18.029 (R\$15.385 de gastos incorridos em exercícios anteriores e R\$2.644 incorridos em

2013), relacionado ao investimento na nova plataforma de e-commerce do Varejo por não existir evidências de capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

#### Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$475 (R\$718 em 31 de dezembro de 2012).

#### Ágio

		<u>Editora - BR GAAP</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
<u>Ágio na aquisição de empresa:</u>			
Formato	04/08/03	70	70
Ético	07/12/07	14.526	14.526
		<u>14.596</u>	<u>14.596</u>
		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
<u>Ágio na aquisição de empresa:</u>			
Formato	04/08/03	70	70
Ético	07/12/07	14.526	14.526
Siciliano	06/03/08	62.671	62.671
Érica	06/06/13	16.581	-
		<u>93.848</u>	<u>77.267</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes UGCs: lojas adquiridas da Siciliano e operações do Ético.

#### Siciliano

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de quatro anos e taxa de desconto nominal de 14,2% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de quatro anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2014 a 2017 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de quatro anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

### Ético

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de quatro anos e taxa de desconto nominal de 12,5% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de quatro anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2014 a 2017 em linha com histórico de crescimento da UGC e no crescimento da base de clientes do Ético.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico e no plano de negócios do Ético, bem como no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam suportar a expansão das operações da UGC e, também, a reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico do Ético, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de quatro anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Em moeda nacional:</b>				
BNDES	67.776	93.365	123.355	165.257
Empréstimos para capital de giro	10.008	-	170.575	158.298
Custos de captação a amortizar	-	-	(942)	(1.750)
Arrendamento financeiro	428	660	2.511	3.234
	<u>78.212</u>	<u>94.025</u>	<u>295.499</u>	<u>325.039</u>
<b>Em moeda estrangeira:</b>				
Empréstimos para capital de giro	20.088	-	150.771	62.422
Valor justo - operação "swap"	379	-	(586)	(12.468)
	<u>20.467</u>	<u>-</u>	<u>150.185</u>	<u>49.954</u>
	<u>98.679</u>	<u>94.025</u>	<u>445.684</u>	<u>374.993</u>
<b>Passivo circulante</b>	<b>65.838</b>	<b>31.450</b>	<b>224.722</b>	<b>148.371</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>32.841</b>	<b>62.575</b>	<b>220.962</b>	<b>226.622</b>
	<u>98.679</u>	<u>94.025</u>	<u>445.684</u>	<u>374.993</u>

### Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
<b>Editora:</b>							
BNDES	Projetos editoriais, conteúdo digital, sistema de ensino e capital de giro	Pro cultura	Set/2011	Set/2016	Não há	R\$ 86.988	2,76% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Set/2013	Set/2014	Aval Livraria	R\$ 20.000	107,00% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2013	Mar/2015	Não há	R\$ 10.000	108,00% Variação CDI a.a.
SG Equipment Finance S/A	Software e hardware	Leasing	Jan/2012	Jun 2015	Bem arrendado e nota promissória	R\$ 827	Variação do CDI
<b>Varejo:</b>							
BNDES	Expansão e reforma da rede de lojas, equipamento e capital de giro	Finame	Out/2011	Out/2016	Aval Editora	R\$ 69.393	2,63% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Jan/2013	Jan/2015	Aval Editora	R\$ 20.000	Variação CDI + 1,20% a.a.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2013	Mar/2015	Aval Editora	R\$ 10.000	Variação CDI + 1,20% a.a.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Set/2013	Set/2014	Aval Editora	R\$ 30.000	104,50% Variação CDI a.a.
Banco Bradesco S/A	Capital de giro	CCB	Nov/2013	Fev/2015	Sem aval	R\$ 20.361	Variação CDI + 1,45% a.a.
Banco Santander S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Abr/2011	Abr/2014	Aval Editora	R\$ 20.000	15,09 % a.a.
Banco Santander S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Ago/2013	Ago/2014	Aval Editora	R\$ 53.000	110,10% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2012	Ago/2015	Aval Editora e recebíveis	R\$ 108.500	108,5% Variação CDI a.a.
Banco IBM S/A	Aquisição de software	Leasing	Nov/2011	Fev/2017	Bem arrendado	R\$ 2.812	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 5% (5,5% em 31 de dezembro de 2012).

### Financiamentos com o BNDES

Os contratos estabelecidos com o BNDES e os valores liberados são os seguintes:

#### Contratações

	<u>Editora</u>	<u>Varejo</u>	<u>Consolidado</u>
Valores contratados em 2009	71.940	69.696	141.636
Valores contratados em 2011	86.988	69.393	156.381
Atualização monetária	704	736	1.440
Liberações	<u>(159.632)</u>	<u>(138.503)</u>	<u>(298.135)</u>
Saldos a liberar	<u>-</u>	<u>1.322</u>	<u>1.322</u>

#### Liberações

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Contratos celebrados em 2011	<u>-</u>	<u>44.893</u>	<u>498</u>	<u>92.109</u>

Em 27 de agosto de 2012, a Editora e o Varejo liquidaram antecipadamente os contratos celebrados em 2009 com o BNDES, pelos montantes de R\$53.756 e R\$53.129, respectivamente. A medida reduzirá as despesas financeiras às taxas praticadas por bancos comerciais, mais competitivas no atual cenário econômico.

### Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para a Editora e para o Varejo

#### a) Contratos celebrados pela Editora e Varejo em 2011

Para os contratos assinados com a Editora e com Varejo, tendo este a Editora como interveniente, a Editora deverá manter durante a vigência dos contratos, os seguintes índices financeiros apurados anualmente em balanço consolidado auditado por empresa de auditoria independente:

- Liquidez corrente igual ou maior que 1,65.
- Endividamento geral menor ou igual a 0,62.

Para fins de comprovação, a Editora deverá apresentar anualmente até 31 de maio as demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos, a Editora deverá constituir no prazo de 90 dias (60 dias em relação ao contrato do Varejo), contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente, e ainda, no caso do contrato com a Editora, garantias pessoais, aceitas pelo BNDES, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis mínimos exigidos.



b) Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2013

Os índices financeiros apresentados pela Editora nas demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2013 foram os seguintes:

	Contratos 2011	
	Exigido	Apurado
Liquidez corrente maior ou igual	1,65	1,73
Endividamento geral menor ou igual	0,62	0,61

Empréstimos para capital de giro

A Editora possuía em 31 de dezembro de 2013 empréstimos no montante de R\$30.475, utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro e, entre outros investimentos, a aquisição da Érica.

O Varejo possuía em 31 de dezembro de 2013 empréstimos no montante de R\$289.343 (R\$206.502 em 31 de dezembro de 2012) utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro em virtude do crescimento de suas vendas e de mudanças nas condições dos pagamentos de suas vendas.

Para os empréstimos contraídos em moeda estrangeira foram contratadas operações de “swap”, trocando a variação cambial por variação do CDI e taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Em 22 de abril de 2013, o empréstimo em moeda estrangeira contratado pelo Varejo com o Banco Itaú no montante de R\$35.000, foi liquidado com recursos provenientes da antecipação de recebíveis de cartões de crédito.

Despesas financeiras

Os valores registrados em despesas financeiras para os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Financiamentos - BNDES	6.410	10.862	11.446	20.409
Empréstimos para capital de giro	459	-	18.115	23.897
Empréstimos em moeda estrangeira vinculados à operação de "swap"	379	-	796	(8.823)
Arrendamento financeiro	42	60	219	465
	<u>7.290</u>	<u>10.922</u>	<u>30.576</u>	<u>35.948</u>



## 15. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

De acordo com o regulamento do Programa vigente, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente adquire o direito ao desconto de R\$15,00 em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses.

A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado conforme descrito na nota explicativa nº 4.

Em 31 de dezembro de 2013, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$3.895 (R\$4.775 em 31 de dezembro de 2012).

## 16. FORNECEDORES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Fornecedor - nacional	9.086	49.479	213.472	297.153
Fornecedor - exterior	-	-	2.473	1.956
Fornecedor - Varejo	<u>160</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>9.246</u>	<u>49.499</u>	<u>215.945</u>	<u>299.109</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as informações contábeis tomadas em conjunto.

## 17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.544	1.647	2.848	2.544
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	59	48	492	436
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	-	3.753
Imposto sobre Serviços - ISS	84	64	544	485
Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09	-	-	253	253
Contribuição Sindical / Assistencial	<u>239</u>	<u>108</u>	<u>239</u>	<u>169</u>
	<u>1.926</u>	<u>1.867</u>	<u>4.376</u>	<u>7.640</u>
Passivo circulante	<u>1.926</u>	<u>1.867</u>	<u>4.376</u>	<u>7.640</u>

## 18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Editora - BR GAAP			<u>31/12/13</u>
	<u>31/12/12</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	
Férias	4.892	8.267	(8.576)	4.583
13º salário	-	5.925	(5.925)	-
Salários a pagar	-	59.881	(57.645)	2.236
FGTS a recolher	1.080	13.504	(11.206)	3.378
INSS a recolher	3.877	20.865	(21.329)	3.413
Participação nos resultados	-	12.107	(6.906)	5.201
	<u>9.849</u>	<u>120.549</u>	<u>(111.587)</u>	<u>18.811</u>
	Consolidado - IFRS e BR GAAP			<u>31/12/13</u>
	<u>31/12/12</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	
Férias	11.935	19.577	(18.020)	13.492
13º salário	-	13.933	(13.933)	-
Salários a pagar	197	148.247	(146.137)	2.307
FGTS a recolher	2.542	23.761	(20.565)	5.738
INSS a recolher	9.618	31.784	(30.905)	10.497
Participação nos resultados	-	20.578	(11.861)	8.717
	<u>24.292</u>	<u>257.880</u>	<u>(241.421)</u>	<u>40.751</u>

## 19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Editora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda considerada como provável por seus assessores jurídicos. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

### Provisões

<u>Editora - BR GAAP</u>			
	<u>31/12/12</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/13</u>
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	449	189	638
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	1.085	14	1.099
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	243	68	311
	<u>1.777</u>	<u>271</u>	<u>2.048</u>
<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>			
	<u>31/12/12</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/13</u>
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	11.124	1.021	12.145
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	2.718	38	2.756
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	639	504	1.143
ICMS - Auto de infração (d)	1.625	17	1.642
	<u>16.106</u>	<u>1.580</u>	<u>17.686</u>

- (a) Ações judiciais impetradas em 1999 pela Editora e Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS. As ações estão garantidas por depósitos judiciais, classificadas no ativo não circulante no valor de R\$12.870. Relativamente às ações impetradas pela Editora, houve trânsito em julgado favorável para as ações que questionam a ampliação da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS – Lei 9.718/98 e, desfavorável para a ação que questiona a majoração da alíquota da COFINS – Lei 9.718/98. Relativamente às ações impetradas pelo Varejo, houve a interposição de Recurso Especial pela União e pelo Varejo, sendo que os referidos recursos encontram-se pendentes de julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
- (b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Editora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 7/70 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Editora e o Varejo reconheceram os respectivos montantes

como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Editora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$99 para a Editora e a R\$1.237 para o Varejo. O valor que liquida o crédito tributário ainda está em discussão, que será realizado após conclusão de trabalho pericial. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 7,92% em 31 de dezembro de 2013 (8,17% em 31 de dezembro de 2012).

- (c) Processos trabalhistas do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$234; processos cíveis substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes do Varejo, no montante de R\$598; e processos cíveis da Editora, cujo montante estimado de perda é de R\$311.
- (d) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$1.642 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 7,92% em 31 de dezembro de 2013 (8,17% em 31 de dezembro de 2012).

#### Depósitos judiciais

	Editora - BR GAAP		
	31/12/12	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/13
PIS/COFINS (a)	1.394	(43)	1.351
Processos administrativos - compensação de tributos	5.224	-	5.224
Outros processos judiciais e administrativos	6.258	601	6.859
Processos judiciais trabalhistas	822	(724)	98
	<u>13.698</u>	<u>(166)</u>	<u>13.532</u>

	<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>		
	<u>31/12/12</u>	<u>Acréscimo/ (Baixa)</u>	<u>31/12/13</u>
PIS/COFINS (a)	12.135	735	12.870
Processos administrativos - compensação de tributos	5.224	-	5.224
Outros processos judiciais e administrativos	9.277	758	10.035
Processos judiciais trabalhistas	1.477	(1.117)	360
	<u>28.113</u>	<u>376</u>	<u>28.489</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Editora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.

#### Passivos contingentes

A Administração da Editora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$186.602, sendo R\$132.297 para a Editora e R\$54.305 para o Varejo (R\$144.177 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$100.896 para a Editora e R\$43.281 para o Varejo).

#### Obrigações previdenciárias - INSS

Representadas por autos de infração contra a Editora e o Varejo por falta de recolhimento sobre participação nos lucros dos colaboradores, participação nos lucros dos administradores, artigo 10 da Lei nº 6.404/76, e descumprimento de obrigações acessórias no montante de R\$4.009 (R\$3.006 da Editora e R\$1.003 do Varejo).

#### IRPJ, CSLL, PIS e COFINS

Representados substancialmente por processos administrativos da Editora e do Varejo de compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL no montante de R\$4.625 (R\$4.573 da Editora e R\$52 do Varejo). Alguns processos estão garantidos por depósitos judiciais no montante de R\$2.826 (R\$2.746 da Editora e R\$81 do Varejo).

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026073-0, impetrada pela Editora, em trâmite perante a 23ª Vara Federal de São Paulo, 1ª Instância, distribuído em 10 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. O processo transitou em julgado com a decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de somente reconhecer a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela taxa Selic. O Banco do Brasil realizou essa transferência com a respectiva taxa Selic, em janeiro de 2010, porém opôs Embargos de Terceiro nº 2010.61.00.002790-5 para discutir essa atualização, o qual encontra-se pendente de julgamento de recurso de Apelação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é

estimado em R\$33.862.

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026071-7, impetrada pelo Varejo, em trâmite perante a 21ª Vara Federal de São Paulo, 1ª Instância, distribuída em 09 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. A ação ainda não teve trânsito em julgado, e atualmente aguarda o exame de admissibilidade dos Recursos Especiais interpostos pela União e pelo Varejo contra a decisão proferida em recurso de Apelação pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela Selic. O Juízo determinou essa transferência, porém sem a atualização pela taxa Selic, o que foi realizado em dezembro de 2009. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$14.250.

Foram proferidos em 2012 e 2013 Despachos Decisórios, em âmbito administrativo, pela Secretaria da Receita Federal, não homologando e considerando não declarados os créditos provenientes de PIS/COFINS advindos do mercado interno tanto do Varejo quanto da Editora. Contra tais decisões foram interpostos recursos administrativos, os quais aguardam julgamento na Delegacia da Receita Federal. O montante estimado dos valores não homologados e considerados não declarados é de R\$52.961 (Editora R\$45.300 e Varejo R\$7.661).

### ICMS

Auto de Infração nº 3.119.153-8, que tramitou perante a Delegacia Tributária de Julgamento do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - Unidade Guarulhos, 1ª Instância, distribuído em 24 de agosto de 2009, no montante de R\$1.278, tendo como autora a Secretaria da Fazenda contra a Editora, com o objeto de exigência de recolhimento de ICMS relativo aos exercícios de 2006 e 2007, em decorrência das diferenças apuradas entre as operações de remessas e retornos de mercadorias a título de industrialização efetuada por terceiros, fundamentado no artigo 509 do Regulamento do ICMS - RICMS/00. O ICMS exigido refere-se ao suposto desvio de finalidade de operações amparada pela imunidade tributária, prevista no artigo 7º, inciso XIII, do RICMS/00. A Editora apresentou defesa em 20 de setembro de 2009. Em 2 de fevereiro de 2010 foi proferida decisão julgando procedente o Auto de Infração, razão pela qual foi interposto Recurso Ordinário em 1º de março de 2010. No julgamento de 23 de junho de 2010, o Presidente da 10ª Câmara entendeu que deve ser anulada a decisão recorrida, e todos os atos subsequentes em busca da verdade material e antes da prolação de nova decisão o agente fiscal deve se manifestar sobre as colocações do Relator. Em 19 de novembro de 2010 foi publicada decisão mantendo o Auto de Infração. Em 15 de dezembro de 2010 foi interposto Recurso Ordinário. O recurso foi julgado improcedente em 17 de abril de 2012. Em 18 de maio de 2012 foi instruído recurso especial e pedido de retificação da decisão, entretanto, em 22 de junho de 2012 foi proferida decisão dando desprovimento ao recurso, impossibilitando qualquer outro recurso administrativo. Em 11 de setembro de 2012 foi ajuizada Ação Judicial (Processo nº 15820/2012), garantida por depósito judicial de R\$4.369, a fim de anular o auto de infração. Em decisão recente ocorrida em 30 de abril de 2013 fora proferida sentença de total procedência dando provimento ao nosso pleito para anular o Auto de Infração, bem como condenar a Fazenda do Estado de São Paulo a custas judiciais e honorários advocatícios. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em razão do recurso de apelação interposto pela Procuradoria do Estado de São Paulo.

O Varejo discute administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2013, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 17 de maio de 2013 foi lavrado auto de infração relacionado a créditos de ICMS tomados sobre aquisição feita de produtos por fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Sobre tal auto de infração foi realizada a impugnação, a qual foi parcialmente acolhida apenas para diminuir a multa imposta no auto de infração. Interposto Recurso de Ofício pela Secretaria da Fazenda Estadual e Recurso Ordinário pelo Varejo em 30/08/2013, os quais aguardam julgamento. Em 5 de setembro de 2013 foi lavrado auto de infração relacionado a créditos de ICMS tomados sobre aquisição feita de produtos por fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Sobre tal auto de infração foi realizada a impugnação, a qual foi julgada totalmente improcedente. Contra esta decisão, o Varejo interpôs Recurso Ordinário em 20 de dezembro de 2013, o qual aguarda julgamento. O montante estimado dos valores é de R\$10.853.

#### Ações cíveis

Ação Indenizatória nº 0200807-18.2009.8.26.0100, em trâmite perante a 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, 1ª Instância, distribuído em 25 de setembro de 2009, Livraria Cultura S.A. e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Editora e o Varejo com o objeto de discutir acerca de suposto plágio de projeto arquitetônico, reprodução desautorizada de conjunto-imagem e eventual concorrência parasitária. Apresentada defesa em fevereiro de 2010. Realizada a Audiência de Instrução e Julgamento em 10 de outubro de 2012. Em 1º de fevereiro de 2013, foi proferida sentença favorável à Editora e ao Varejo, julgando improcedente a ação. Em 3 de outubro de 2013 foram julgados improcedentes pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo os recursos de Agravo Retido e Apelação interpostos pela Livraria Cultura S.A. e Fernando Faria de Castro Brandão. Caso revertida a decisão de improcedência da ação em Tribunais Superiores, o montante estimado para saída de recursos para liquidação de obrigações é de R\$1.555.

O Varejo discute judicialmente, por meio de ações renovatórias ajuizadas em diversas comarcas do País, a renovação compulsória de contratos de locações de suas lojas físicas. O montante estimado em discussão judicial é de R\$ 4.894.

O Varejo possui discussões administrativas e judiciais relacionados a ações individuais e coletivas de relações de consumo, cujo valor estimado de saída de recursos para liquidação de obrigações é de R\$ 2.417.

#### Ações trabalhistas

A Editora possui discussões judiciais de índole trabalhista em que o objeto da reclamação se refere, majoritariamente, a serviços prestados por terceiros em que o autor pleiteia a responsabilidade subsidiária ou o reconhecimento de vínculo de contrato de trabalho. O montante estimado para saída de recursos para liquidação das obrigações é de R\$ 3.400.

## **20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **a) Capital social**

Em 25 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital para R\$279.901, com utilização da reserva de lucro estatutária no montante de R\$50.000.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Editora, no montante de R\$279.901 (R\$229.901 em 31 de dezembro de 2012), está representado por 28.596.123 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Editora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA.

A Editora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 4.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Editora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Editora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Editora mantém 313.250 ações preferenciais em tesouraria (313.250 em 31 de dezembro de 2012), representadas por R\$4.923 (R\$4.923 em 31 de dezembro de 2012), com valor de mercado de R\$8.135 (R\$25,97 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2013).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Editora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2013, foi proposta remuneração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$24.968 (R\$0,88281 por ação), a ser tributada na forma da legislação vigente. A Assembleia Geral Ordinária definirá a data de pagamento.



Em 31 de dezembro, foi destacado o montante a título de distribuição de dividendos, dividido da seguinte forma:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Lucro líquido do exercício	13.023	77.010
Reserva legal	<u>(651)</u>	<u>(3.851)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>12.372</u>	<u>73.159</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>3.093</u>	<u>18.290</u>
Dividendo mínimo obrigatório por ação	<u>0,10936</u>	<u>0,64668</u>

O dividendo proposto tem a seguinte composição:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório	2.763	16.119
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>330</u>	<u>2.171</u>
	<u>3.093</u>	<u>18.290</u>
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO	19.543	6.782
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>2.332</u>	<u>913</u>
	<u>21.875</u>	<u>7.695</u>
Total dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto	<u>24.968</u>	<u>25.985</u>
Total por ação - R\$	<u>0,88281</u>	<u>0,91875</u>

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2013, a Editora constituiu reserva legal no montante de R\$651 (R\$3.851 em 31 de dezembro de 2012) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Plano de opção de compra de ações da Editora

Em Reunião do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 24 de novembro de 2011 foi aprovado o 6º Plano de Opção de Compra de Ações.

Os Planos aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e funcionários e as opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela

alienação de ações em tesouraria detidas pela Editora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os planos de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e plano	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/12	No exercício findo em 31/12/13		
2007 - 3º Plano	1.330	-	1.330	-
2008 - 4º Plano	1.479	-	1.479	-
2009 - 5º Plano	1.508	-	1.508	-
2011 - 6º Plano	336	(101)	235	21
	<u>4.653</u>	<u>(101)</u>	<u>4.552</u>	<u>21</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 6º plano foi ajustado o número de opções no montante de 79.100 opções, correspondente a R\$405.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	5º Plano	6º Plano
Data da outorga	30/11/2009	24/11/2011
Início do prazo de exercício das opções	8/03/2012	10/03/2014
Término do prazo de exercício das opções	10/05/2012	30/05/2014
Taxa de juro livre de risco	12,20%	10,26%
Número de administradores e funcionários elegíveis	27	28
Preço fixado - R\$	27,00	25,00
Indexador	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>45.900</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>12.06</u>	<u>5.58</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2013 - R\$	<u>-</u>	<u>25.97</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Editora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Transferência de reserva estatutária

Do saldo da reserva estatutária em 31 de dezembro de 2013, foi transferido o montante de R\$12.596 para a proposta de pagamento de dividendo adicional, sob a forma de juros sobre o capital próprio.

h) Participação não controladora

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Saldos no início do exercício	57	52
Participação no resultado do exercício	<u>(2)</u>	<u>5</u>
Saldos no fim do exercício	<u>55</u>	<u>57</u>

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Receita operacional líquida:				
Venda de produtos, mercadorias e serviços	567.965	524.490	2.362.219	2.109.695
(-) Impostos incidentes	(326)	(69)	(113.853)	(95.375)
(-) Devoluções	(60.471)	(54.103)	(100.824)	(90.677)
(-) Receita de venda de produtos no estoque do Varejo	-	-	(4.671)	(2.061)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	-	-	880	1.926
	<u>507.168</u>	<u>470.318</u>	<u>2.143.751</u>	<u>1.923.508</u>

## 22. DESPESAS POR NATUREZA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Gastos gerais	(97.207)	(86.799)	(98.349)	(86.799)
Matéria-prima	(41.015)	(41.178)	(41.015)	(41.178)
Mercadorias	-	-	(1.063.353)	(930.137)
Custo dos serviços vendidos	(671)	-	(14.429)	(5.388)
Despesa com pessoal e encargos	(142.356)	(108.857)	(322.712)	(266.106)
Honorários dos administradores	(5.969)	(6.498)	(11.726)	(12.217)
Participação dos administradores	(744)	(6.062)	(744)	(6.062)
Direitos autorais	(49.790)	(46.007)	(51.739)	(46.143)
Propaganda e publicidade	(18.312)	(16.500)	(25.657)	(26.897)
Despesa de aluguel	(9.014)	(7.725)	(68.055)	(58.838)
Condomínio e fundos de promoção	(1.047)	(975)	(32.344)	(27.704)
Frete e embalagens	(13.681)	(11.084)	(66.142)	(62.751)
Serviços de informática	(14.076)	(9.595)	(28.088)	(18.256)
Viagens e estadias	(7.921)	(4.967)	(10.271)	(6.788)
Baixa de livros obsoletos e edições descontinuadas	(9.220)	(8.635)	(9.220)	(8.635)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	(397)	(334)	(28.344)	(22.748)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.290)	(2.225)	(4.852)	(4.908)
Outras	(40.752)	(31.640)	(138.229)	(115.431)
	<u>(454.462)</u>	<u>(389.081)</u>	<u>(2.015.269)</u>	<u>(1.746.986)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(162.145)	(148.122)	(1.240.398)	(1.083.686)
Despesas com vendas	(197.039)	(166.411)	(567.534)	(504.285)
Despesas gerais e administrativas	(95.278)	(74.548)	(207.337)	(159.015)
	<u>(454.462)</u>	<u>(389.081)</u>	<u>(2.015.269)</u>	<u>(1.746.986)</u>

## 23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado (i)	(131)	-	(16.559)	(339)
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	(12.123)	-
Baixa de impostos a recuperar (ii)	-	(53)	(11.904)	(278)
Provisão para perda com estoque danificado	-	-	(9.800)	-
Outras provisões operacionais	-	(242)	(5.025)	(242)
Baixa de créditos com fornecedores e autores				
considerados irre recuperáveis	(2.473)	-	(4.528)	-
Direitos autorais de exercícios anteriores	(2.486)	-	(2.486)	-
Baixa de depósitos judiciais	(842)	-	(1.362)	-
PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais	(188)	(130)	(1.027)	(930)
Cartão "private label"	-	-	(628)	(614)
Provisão para contingências cíveis / trabalhistas	(67)	-	(504)	-
Sinistro com mercadorias	-	-	(32)	(269)
Outras despesas operacionais	(352)	-	(768)	(34)
	<u>(6.539)</u>	<u>(425)</u>	<u>(66.746)</u>	<u>(2.706)</u>

(i) Inclui a baixa dos gastos incorridos em exercícios anteriores relacionado ao investimento na nova plataforma de e-commerce do Varejo (nota explicativa nº 12), no montante equivalente de R\$15.385.

(ii) Inclui a baixa do valor de crédito de ICMS retido por substituição tributária estimado em exercícios anteriores considerado irre recuperável no montante de R\$11.357 (nota explicativa nº 8).

## 24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Resultado na venda de ativo permanente	-	208	-	208
Contribuições sociais a recuperar (i)	5.860	-	17.137	-
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	1.132	-	8.769	5.100
Constituição de créditos - ICMS	-	-	2.808	-
Recuperação de impostos	392	1.326	2.604	1.326
Despesas recuperadas	94	-	882	232
Vendas de saldos - mercadorias obsoletas	351	369	431	596
Indenizações por sinistros com mercadorias	2	3	179	524
Reversão de provisões operacionais	-	509	-	588
Outras receitas operacionais	267	61	501	358
	<u>8.098</u>	<u>2.476</u>	<u>33.311</u>	<u>8.932</u>

(i) Créditos de INSS, PIS e COFINS, constituídos com base na opinião dos assessores jurídicos da Editora e do Varejo (Nota explicativa nº 8)

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receitas sobre aplicações financeiras	1.505	2.233	2.152	2.674
Juros sobre empréstimos a controladas	345	4.239	-	-
Juros recebidos de clientes	458	926	486	964
Juros sobre impostos a recuperar	623	124	814	237
Descontos financeiros obtidos	72	1.301	1.586	2.040
Outros juros e variações ativas	491	-	554	-
Outras receitas financeiras	3	241	44	292
	<u>3.497</u>	<u>9.064</u>	<u>5.636</u>	<u>6.207</u>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(6.911)	(10.922)	(29.780)	(44.771)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora	(1.873)	(133)	-	-
Valor justo - operação "swap"	(379)	-	(796)	8.823
Descontos financeiros concedidos	(1.738)	(2.380)	(1.986)	(2.482)
Outros juros e variações passivas	(3.146)	(2.194)	(8.773)	(3.690)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(949)	(134)	(1.940)	(1.394)
Outras comissões financeiras	(80)	(30)	(254)	(127)
Outras despesas financeiras	(117)	(110)	(982)	(707)
	<u>(15.193)</u>	<u>(15.903)</u>	<u>(44.511)</u>	<u>(44.348)</u>
	<u>(11.696)</u>	<u>(6.839)</u>	<u>(38.875)</u>	<u>(38.141)</u>

## 26. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2013, o Varejo possuía 111 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Editora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo e dos estabelecimentos comerciais da Editora e da Érica possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado;



nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). As despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, são como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas de aluguéis	<u>9.014</u>	<u>7.725</u>	<u>68.055</u>	<u>58.838</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.137 (R\$824 em 31 de dezembro de 2012) na Editora e R\$5.675 (R\$11.239 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2013 totalizam um montante mínimo de R\$182.467, sendo:

Vencimento	Valor
Até 31/12/14	61.929
De 01/01/15 a 31/12/15	48.282
De 01/01/16 a 31/12/16	37.148
De 01/01/17 a 31/12/17	21.943
De 01/01/18 a 31/12/18	9.430
Demais vencimentos até 2020	<u>3.735</u>
	<u>182.467</u>

## 27. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O estatuto social da Editora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias; em face do exposto, o lucro por ação é o mesmo para as ações ordinárias e preferenciais. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	31/12/13			31/12/12		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Editora	4.431	8.592	13.023	26.200	50.810	77.010
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	<u>9.622</u>	<u>18.661</u>	<u>28.283</u>	<u>9.622</u>	<u>18.661</u>	<u>28.283</u>
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	<u>9.622</u>	<u>18.661</u>	<u>28.283</u>	<u>9.622</u>	<u>18.661</u>	<u>28.283</u>
Lucro por ação - básico - R\$	0,42369	0,42369		2,72286	2,72286	
Lucro por ação - diluído - R\$	0,42369	0,42367		2,72286	2,71958	



## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Editora e do Varejo, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Editora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 14), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 20).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Empréstimos, financiamentos, aquisição Érica e antecipação de recebíveis	104.771	94.025	616.334	374.993
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	<u>(6.931)</u>	<u>(54.606)</u>	<u>(23.086)</u>	<u>(86.995)</u>
Dívida líquida	97.840	39.419	593.248	287.998
Patrimônio líquido	<u>515.686</u>	<u>515.884</u>	<u>515.741</u>	<u>515.941</u>
Total	<u>613.526</u>	<u>555.303</u>	<u>1.108.989</u>	<u>803.939</u>
Índice de dívida líquida	<u>15.95%</u>	<u>7.10%</u>	<u>53.49%</u>	<u>35.82%</u>

Periodicamente, a Administração da Editora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Editora - BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo com ajuste no resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	6.931	54.606
Valor justo - operação "swap"	(379)	-
 Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	120.758	114.029
Partes relacionadas - contrato de mútuo	-	19.693
Outros créditos	1.963	3.852
	<u>129.273</u>	<u>192.180</u>
 <b>Passivos financeiros</b>		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	98.300	94.025
Fornecedores	9.246	49.499
Partes relacionadas - contrato de mútuo	22.143	-
Arrendamento operacional e outras obrigações	36.048	35.851
	<u>165.737</u>	<u>179.375</u>

		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
		Valor	Valor
		<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
<b>Ativos financeiros</b>			
Valor justo com ajuste no resultado			
Caixa e equivalentes de caixa		23.086	86.995
Valor justo - operação "swap"		586	12.468
<b>Empréstimos e recebíveis</b>			
Contas a receber de clientes		256.907	369.710
Outros créditos		<u>1.963</u>	<u>3.852</u>
		<u>282.542</u>	<u>473.025</u>
<b>Passivos financeiros</b>			
Passivos pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		446.270	387.461
Fornecedores		215.945	299.109
Arrendamento operacional e outras obrigações		<u>45.108</u>	<u>46.850</u>
		<u>707.323</u>	<u>733.420</u>

A Administração da Editora é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI e TJLP) e taxas contratuais (nota explicativa nº 14) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada exercício está próximo do valor de mercado.

Não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

#### c) Riscos financeiros

As atividades da Editora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Editora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área de Tesouraria da Editora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Editora e do Varejo.

d) Gestão do risco de taxa de juros

A Editora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados e suas aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos que representavam a exposição máxima a este risco estão apresentados no quadro abaixo:

Consolidado - IFRS e BR GAAP		
31/12/13		
	Risco	Valor Contábil
Equivalentes de caixa	Baixa do CDI	11.606
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	318.328
Fornecedores	Alta do CDI	2.359
Exposição líquida		332.293

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Editora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Editora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Editora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Os eventuais efeitos nos saldos patrimoniais da Editora estão demonstrados na ocorrência dos cenários abaixo:

Operação	Risco	Valores patrimoniais em R\$ mil		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -				
Editora	Baixa do CDI	6.810	6.766	6.722
Érica	Baixa do CDI	2.580	2.563	2.547
Varejo	Baixa do CDI	2.054	2.041	2.028
		11.444	11.370	11.297
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(33.724)	(34.494)	(35.263)
Varejo	Alta do CDI	(332.226)	(342.595)	(353.068)
		(365.950)	(377.089)	(388.331)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(493)	(504)	(514)
Varejo	Alta do CDI	(2.459)	(2.560)	(2.663)
		(2.952)	(3.064)	(3.177)
Fornecedores sujeitos a variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(2.422)	(2.437)	(2.453)
Resultado líquido		(359.880)	(371.220)	(382.664)

#### Risco de taxa de juros

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

#### f) Gestão do risco de taxa de câmbio

As receitas da Editora e do Varejo são expressas em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Editora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de opção de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”), utilizando somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Editora, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2013, não havia operações em aberto, tendo sido a última operação liquidada em 30 de novembro de 2011.

A Editora e o Varejo captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 14), para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixada e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixadas sujeitas à variação do CDI, conforme o caso. O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$ mil	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Empréstimos e financiamentos	150.185	49.954
Swap	<u>(150.185)</u>	<u>(49.954)</u>
Exposição líquida	<u>      -      </u>	<u>      -      </u>

Em 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos contratos de “swap” em aberto é como segue:

Editora							
Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)	Banco		Indexador	Juros	Valor justo
			Indexador	Juros			
Itaú	02/09/2014	<u>20.000</u>	US\$	2,44% a.a.	CDI	107,00%a.a.	<u>379</u>

Consolidado							
Banco	Vencimento	Valor de referência (nocial)	Banco		Indexador	Juros	Valor justo
			Indexador	Juros			
Itaú	02/09/2014	20.000	US\$	2,44% a.a.	CDI	107,00%a.a.	379
Santander	08/04/2014	4.000	US\$	5,13% a.a.	PRÉ	15,09% a.a.	(1.853)
Santander	07/08/2014	53.000	US\$	2,10% a.a.	CDI	110,10%a.a.	381
Itaú	05/09/2014	30.000	US\$	2,45% a.a.	CDI	104,50%a.a.	112
Itaú	24/11/2015	<u>40.000</u>	US\$	2,66% a.a.	CDI	108,00%a.a.	<u>395</u>
		<u>147.000</u>					<u>(586)</u>

Não há nenhuma exposição para o empréstimo com o Banco Santander, uma vez que, os encargos foram fixados à taxa pré.

Considerando que em 31 de dezembro de 2013 a exposição a moeda estrangeira estava 100% protegida, qualquer volatilidade no cambio não incorreria em nenhum efeito de variação cambial no resultado do Varejo.

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Editora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado -			
	Editora - BR GAAP		IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6.931	54.606	23.086	86.995
Contas a receber de clientes	120.758	114.029	256.907	369.710
Partes relacionadas - contrato de mútuo	-	19.693	-	-
Outros créditos	<u>1.963</u>	<u>3.852</u>	<u>1.963</u>	<u>3.852</u>
	<u>129.652</u>	<u>192.180</u>	<u>281.956</u>	<u>460.557</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Editora apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$3.464 e R\$5.112 no consolidado (R\$3.110 na Editora e R\$5.346 no consolidado em 31 de dezembro de 2012), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Editora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Editora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Editora - BR GAAP			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	9.308	-	-	9.308
Empréstimos e financiamentos	61.276	32.360	14.490	108.126
Arrendamento operacional e outras obrigações	36.048	-	-	36.048

  

Operação	Consolidado - BR GAAP			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	224.206	-	-	224.206
Empréstimos e financiamentos	189.708	285.122	28.247	503.077
Arrendamento operacional e outras obrigações	45.121	-	-	45.121

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Editora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.



j) Linhas de crédito

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Empréstimos:		
Utilizado	320.760	206.503
Não utilizado	89.240	203.497
Financiamentos:		
Utilizado	298.135	297.637
Não utilizado	1.322	1.820

k) Garantias concedidas

	Consolidado - IFRS e BR GAAP
	<u>31/12/13</u>
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	15.564
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>6.500</u>
	<u><u>22.064</u></u>

(\*) As cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$214.

l) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/13</u>		<u>31/12/13</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	6.931	6.931	23.086	23.086
Valor justo - operação "swap"	(379)	(379)	586	586
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	120.758	120.758	256.907	256.907
Outros créditos	1.963	1.963	1.963	1.963
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	98.300	99.145	446.270	447.568
Fornecedores	9.246	9.246	215.945	215.945
Partes relacionadas - contrato de mútuo	22.143	22.143	-	-
Arrendamento operacional e outras obrigações	36.048	36.048	45.108	45.108

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos da Editora e do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Editora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Editora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

#### Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Editora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013:

Editora - BR GAAP				
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	174	6.757	-	6.931
Valor justo - operação "swap"	-	(379)	-	(379)
	<u>174</u>	<u>6.378</u>	<u>-</u>	<u>6.552</u>

  

Consolidado - IFRS e BR GAAP				
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	11.480	11.606	-	23.086
Valor justo - operação "swap"	-	586	-	586
	<u>11.480</u>	<u>12.192</u>	<u>-</u>	<u>23.672</u>

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada nos segmentos denominados “Editora” e “Varejo”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento Editora corresponde à edição de livros, formatação de conteúdo digital e desenvolvimento de sistemas de ensino e as operações da Minha Biblioteca e da Érica. A distribuição é realizada através de 15 filiais e representantes estrategicamente posicionados nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

a) Ativos e passivos

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Ativos dos segmentos :		
Editora	729.620	737.818
Varejo	921.006	938.960
Eliminação da operação entre segmentos	<u>(324.597)</u>	<u>(341.861)</u>
Ativos totais consolidados	<u>1.326.029</u>	<u>1.334.917</u>
Passivos dos segmentos :		
Editora	208.353	221.934
Varejo	627.831	629.379
Eliminação da operação entre segmentos	<u>(25.896)</u>	<u>(32.337)</u>
Passivos totais consolidados	<u>810.288</u>	<u>818.976</u>

b) Resultados

	Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	<u>31/12/13</u>			
	<u>Editora</u>	<u>Varejo</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	516.523	1.687.854	(60.626)	2.143.751
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<u>(163.287)</u>	<u>(1.133.734)</u>	<u>56.623</u>	<u>(1.240.398)</u>
Lucro bruto	353.236	554.120	(4.003)	903.353
Despesas operacionais	<u>(321.193)</u>	<u>(549.696)</u>	<u>16.660</u>	<u>(854.229)</u>
Lucro antes do resultado financeiro	32.043	4.424	12.657	49.124
Resultado financeiro	<u>(11.679)</u>	<u>(27.196)</u>	<u>-</u>	<u>(38.875)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>20.364</u>	<u>(22.772)</u>	<u>12.657</u>	<u>10.249</u>
	Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	<u>31/12/12</u>			
	<u>Editora</u>	<u>Varejo</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	470.318	1.508.716	(55.526)	1.923.508
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<u>(148.122)</u>	<u>(989.246)</u>	<u>53.682</u>	<u>(1.083.686)</u>
Lucro bruto	322.196	519.470	(1.844)	839.822
Despesas operacionais	<u>(221.722)</u>	<u>(450.927)</u>	<u>(23.271)</u>	<u>(695.920)</u>
Lucro antes do resultado financeiro	100.474	68.543	(25.115)	143.902
Resultado financeiro	<u>(6.839)</u>	<u>(31.302)</u>	<u>-</u>	<u>(38.141)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>93.635</u>	<u>37.241</u>	<u>(25.115)</u>	<u>105.761</u>

c) Origem das receitas para os segmentos

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Editora:		
Vendas para o mercado	339.472	326.411
Vendas para o governo	<u>177.051</u>	<u>143.907</u>
	<u>516.523</u>	<u>470.318</u>
Varejo:		
Lojas físicas	1.138.984	1.014.663
Comércio eletrônico	<u>548.870</u>	<u>494.053</u>
	<u>1.687.854</u>	<u>1.508.716</u>
Total	2.204.377	1.979.034
Eliminações	<u>(60.626)</u>	<u>(55.526)</u>
	<u>2.143.751</u>	<u>1.923.508</u>

### 30. COBERTURA DE SEGUROS

A Editora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro, são assim demonstradas:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Lucros cessantes	50.000	45.000
Incêndio - importância máxima	61.000	55.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.025	1.025

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração deliberou, com base no artigo 15, inciso VII, do Estatuto Social, e em conformidade com as Instruções CVM nº 10/80 e 268/97, autorizar a Diretoria da Companhia a proceder à aquisição de até 510.173 ações ordinárias e até 1.581.128 ações preferenciais de sua própria emissão, respectivamente 5% e 8% do total de cada classe de ações. O Conselho entende que a recompra de ações é uma boa alternativa considerando a conjuntura econômica, bem como o valor atual de cotação das ações da Saraiva.

Em fevereiro de 2014, o Varejo contratou junto ao Banco do Brasil S.A., operações relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano, sem entrega física (“Non-deliverable Forward – NDF”), conforme segue:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio		Valor de referência (US\$ mil)
		Na data do contrato	Vencimento	
3/02/2014	28/02/2014	2,4263	2,4271	620
3/02/2014	31/03/2014	2,4263	2,4467	260
Totais				880